

VIRGÍNIA FERREIRA

Faculdade de Economia da Universidade
de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

Universidade de Coimbra 1964- -1985 — Que mudanças?

211

Parte do questionário do Inquérito lançado pelo CODES em 1964 foi aplicada a 803 estudantes da Universidade de Coimbra, em 1985. No presente texto são comparados os resultados obtidos, em dois momentos, relativamente às origens sociais e aos métodos de estudo dos inquiridos. No que diz respeito às ori-

gens sociais dos estudantes, verifica-se uma mudança no sentido de uma maior representação de grupos sociais mais desprivilegiados, existindo, no entanto, ainda uma grande selectividade negativa, nomeadamente dos assalariados. Quanto aos métodos de estudo, os dados apontam para a inexistência de mudanças.

JÁ muito se escreveu sobre o fenómeno da democratização do ensino universitário. A extensão deste grau de ensino a mais vastos e mais diversificados grupos sociais tem sido também tema recorrente nos discursos dos governantes. O Ministro da Educação, por exemplo, tem vindo a afirmar publicamente que um dos principais objectivos do seu ministério é o aumento do número de estudantes universitários para 200 000, o que representaria um aumento de 200%.

Recentemente, a crise financeira que atinge o sector público universitário veio reequacionar a questão. Por um lado, anuncia-se o aumento das propinas que, a não ser devidamente acompanhado por uma política adequada de bolsas, por exemplo, vai afastar ainda mais os grupos económicos mais desfavorecidos. Por outro lado, o *numerus clausus* tem repellido uma franja significativa de candidatos ao ensino universitário que fica, na verdade, sem qualquer alternativa, pois não pode evidentemente pagar as dezenas de milhar de escudos mensais de propinas cobradas pelas universidades privadas. Neste quadro, não deixa, portanto, de ser relevante conhecer até que ponto as universidades portuguesas se democratizaram ao longo das três últimas décadas, nas quais registaram uma expansão completamente inusitada.

1. Apresentação

O presente trabalho representa uma primeira estimativa dos níveis de democratização da Universidade de Coimbra. A comparação das respostas obtidas através da aplicação de um questionário em dois momentos diferentes, com um intervalo de 21 anos, constitui a informação empírica de base. Em Março de 1964, as Direcções-Gerais da Juventude Universitária Católica lançaram um inquérito aos estudantes das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto e às Escolas Superiores de Belas Artes de Lisboa e Porto. Os seus objectivos centraram-se em torno de quatro questões: a escola e os problemas de estudo; o modo e as condições de vida; as preocupações culturais e os problemas religiosos e morais (CODES, 1967). Passados vinte anos sobre esse contributo para a caracterização geral dos estudantes universitários portugueses, pareceu-nos que valia a pena proceder a uma comparação que nos fornecesse alguns elementos de avaliação do sentido da evolução entretanto verificada. (1)

Dificuldades várias levaram à redução do universo abrangido pelo inquérito aos estudantes da Universidade de Coimbra. A preocupação dominante na construção do questionário foi garantir uma base, tão ampla quanto possível, de comparabilidade com o Inquérito CODES. Algumas alterações foram, no entanto, imprescindíveis, dada a necessidade de o reduzir substancialmente, imposta pela modalidade de administração do inquérito — administração directa durante as aulas. Assim, excluíram-se as questões cujos temas não nos interessavam, como era o caso da religião, e aquelas cujo conteúdo nos pareceu deslocado na actualidade. A análise dos dados, no presente trabalho, centra-se em apenas duas questões: origens sociais dos inquiridos e métodos de estudo. O seu objectivo consiste em avaliar, através de alguns indicadores, as mudanças verificadas, durante os vinte anos que medeiam entre os dois inquéritos, na composição social dos estudantes e nos métodos de estudo.

(1) Estávamos no ano lectivo de 1984/85, quando Boaventura de Sousa Santos, responsável pela cadeira de Introdução e Metodologia das Ciências Sociais do 1.º ano do curso de Economia, propôs que esta pesquisa fosse realizada no âmbito dos trabalhos práticos para avaliação de um grupo de estudantes. Tendo eu ficado responsável da respectiva coordenação, Maria João Oliveiros, docente de Matemática, encarregou-se da parte estatística e informática. José Manuel Soares, Maria do Carmo Mota, Maria João Barata, Mário Santos, Rui Gonçalves, Rui Seabra e Victor Marques constituíram o grupo de estudantes que, com dedicação e rigor inexecedíveis, levou a bom termo todo o «trabalho árduo»: elaboração do questionário, trabalho de campo, tratamento informático dos dados e apuramento de resultados. Parte da investigação foi financiada pela Reitoria da Universidade de Coimbra, no âmbito das «Acções de Apoio à Investigação».

O que aqui apresento é, pois, fruto de um verdadeiro trabalho de equipa. Agradeço a todos em geral, e a cada um em particular, o seu valioso contributo. A interpretação de resultados foi feita conjuntamente com Boaventura de Sousa Santos.

Características da Amostra

Dada a modalidade de recolha de informação não foi possível fazer um controlo apertado do cumprimento da amostra planeada. Isto porque não era fácil, numa fase de trabalho escolar muito intenso — Maio e Junho —, conseguir o acordo dos professores quanto à cedência de parte do seu tempo de aulas, para além de algumas faculdades terminarem mesmo as aulas no final de Maio, facto que não fora previsto. Inicialmente a amostra foi construída de forma estratificada por cursos e por anos, num total de 1208, valor que representava 10% dos alunos matriculados na Universidade de Coimbra (UC, daqui em diante) no ano lectivo de 1984/85. Em resultado de todas as vicissitudes referidas, foram inquiridos apenas 803 estudantes.

Uma das distorções que esperávamos que a modalidade de administração do inquérito provocasse era a de só obtermos as respostas dos alunos que **frequentam assiduamente as aulas**. E é certamente essa a explicação para a sobre-representação do sexo feminino na amostra obtida. Esta observação assenta, evidentemente, na pressuposição de que as raparigas são mais assíduas às aulas. Será também essa a explicação para a sub-representação dos estudantes trabalhadores, cuja proporção estimamos ser superior à incluída na amostra.

O sexo feminino representava no ano lectivo em que os dados foram recolhidos (1984-85) cerca de 54% do total dos inscritos na UC e na amostra que obtivemos representa 60,1%. Esta distorção não tem, no entanto, consequências de monta uma vez que grande parte do comportamento das variáveis foi analisado em função da variável sexo.

Relativamente à distribuição por cursos (veja-se Quadro 1), verifica-se uma subrepresentação dos alunos provenientes dos cursos da Faculdade de Ciências e Tecnologia. Eles constituem cerca de 30% dos alunos da UC, e na nossa amostra são 16,8%. Ao contrário, os cursos da Faculdade de Letras (Línguas e Literaturas, Filosofia, História e Geografia), Economia e Medicina têm uma ligeira sobre-representação de cerca de 5% cada. A distribuição por anos da população inquirida corresponde à que era esperada (veja-se Quadro 2).

As vicissitudes que acompanharam a realização do inquérito — seis meses para planeamento e trabalho de campo, sem dispor de um recenseamento do universo da população a inquirir e sem possibilidade de aplicar outro método de inquirição —, determinaram a impossibilidade de controlar mais apertadamente a amostra.

QUADRO 1

População Inquirida por Curso e Sexo

CURSO	SEXO		MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Economia	60	18,7	41	8,5	101	12,6		
Psicologia	4	1,3	18	3,7	22	2,7		
Direito	97	30,3	112	23,2	209	26		
Medicina	40	12,5	48	9,9	88	11		
Farmácia	6	1,9	24	5	30	3,7		
Línguas e Literatura	15	4,7	122	25,3	137	17		
Filosofia	13	4,1	14	2,9	27	3,4		
História	9	2,8	17	3,5	26	3,2		
Geografia	9	2,8	20	4,1	29	3,6		
Engenharías	40	12,5	23	4,8	63	7,9		
Geologia	9	2,8	15	3,1	24	3		
Fis., Biol., Quím. e Mat.	18	5,6	29	6	47	5,9		
TOTAL	320	39,9	483	60,1	803			

QUADRO 2

População Inquirida por Sexo e Anos

ANO	SEXO		MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1.º	73	22,7	111	23	184	22,9		
2.º	61	19	127	26,5	188	23,5		
3.º	59	18,4	71	14,7	130	16,2		
4.º	79	24,6	130	26,9	209	26		
5.º	41	12,8	38	7,9	79	9,8		
6.º	8	2,5	5	1	13	1,6		

Os resultados são apresentados considerando o sexo como variável independente por razões também de ordem teórica. Efectivamente o sexo é uma variável relevante para determinar a estrutura das desigualdades sociais no acesso à educação universitária em Portugal, conhecida que é a discriminação a que o sistema de ensino tem sujeitado o sexo feminino.

A comparação que se vai efectuar deve ser encarada com dupla precaução: 1) a que deriva da complexidade de comparar respostas a perguntas formuladas com cerca de vinte anos de intervalo; 2) a imposta pelas diferenças de modalidade de aplicação dos questionários (cf. para estes vários aspectos, Ferreira, 1986). Debrucemo-nos sobre elas com algum detalhe.

1) São conhecidos os problemas suscitados pela comparação de inquiridos com um intervalo de tempo tão grande, mesmo que as perguntas tenham enunciados e enquadramentos (no questionário) idênticos. Assim, ao interpretarmos as respostas obtidas, devemos ter em conta que estas podem traduzir uma transformação dos ideais socialmente partilhados e não uma diferença entre as características individuais dos inquiridos em 1964 e as dos inquiridos em 1985.

Nas perguntas de opinião, esta observação é particularmente pertinente.

Sendo, no presente trabalho, analisadas apenas respostas a perguntas sobre práticas, este problema não deixa, no entanto, de se fazer sentir. Na realidade, as mudanças de «clima social» afectam os referenciais da deseabilidade social. Na medida em que as respostas aos dois inquiridos possam ter sido afectadas por este efeito, isso não deixará de se reflectir nos resultados. Não existe, todavia, maneira de conseguir conhecer o seu grau de incidência.

A comparabilidade dos dois inquiridos é, no entanto, formalmente sustentável pela circunstância de contrapormos inquiridos feitos a um grupo social que se manteve relativamente homogéneo nas suas origens sociais. O mesmo não aconteceria, no entanto, se, para anular o efeito induzido pelas mudanças sociais globais, procedêssemos à reinquirição dos inquiridos em 64. O grupo reinquirido, com um reportório social que passou eventualmente por uma sucessão de diversas experiências familiares, profissionais, cívicas e políticas, pouco terá a ver com o grupo inquirido em 64. A homogeneidade dos grupos inquiridos torna mais legítima uma operação de comparação por causa da similitude das suas trajectórias. Mesmo admitindo que esta não é completa, porque em caso algum o seria, mais que não fosse devido às mudanças do sistema de ensino e do mercado de trabalho, entretanto verificadas.

2) Um outro obstáculo à comparabilidade dos dois inquiridos reside nos diferentes processos de definição da amostra e de aplicação dos questionários. No caso do Inquirido CODES não houve qualquer contacto com os inquiridos — o questionário foi enviado e recebido pelo correio. No nosso inquirido, os questionários foram respondidos sem interferência de entrevistadores, mas com a presença de uma pessoa

2. O problema da comensurabilidade entre inquiridos

que apresentava o inquirido, o distribuía, eventualmente dava esclarecimentos sobre o processo de notação e o recolhia. No primeiro caso, o inquiridor era imaginado através do conteúdo de um enunciado linguístico em suporte de papel enquanto que no segundo, era corporizado em alguém com um determinado aspecto, uma determinada estratégia de apresentação pública e uma determinada eficácia comunicativa. Outra diferença é que, no primeiro, os elementos sugestivos da imagem do inquiridor eram os mesmos para todos os inquiridos e, no segundo, esses elementos eram múltiplos.

Estas diferenças geraram certamente estratégias de resposta bastante diversas. Como é sabido, é necessária uma grande sensibilização e altos níveis de mobilização para responder a um questionário enviado pelo correio. Este tipo de inquirido dá os seus melhores resultados com uma população altamente instruída e estreitamente familiarizada com o objecto do inquirido. Todas essas condições se verificaram no Inquirido CODES. Contudo, o facto de a taxa de respostas ter atingido os 65%, quando, em geral, níveis próximos dos 40% já são considerados muito bons, pois não são raros os casos em que não se vai além dos 10%, leva-nos a pensar que algum tipo de mobilização especial deve ter sido feita. Nesse caso, seria legítimo esperar alguma distorção na amostra originada pela maior participação de estudantes próximos da área político-religiosa da JUC, muito embora os autores afirmem que tal não se verificou (CODES, 1967:9). De qualquer maneira, quero apenas sublinhar que o espírito de cooperação de quem respondeu a cada um dos dois questionários pode ser totalmente diferente. No caso do inquirido da JUC, responderam eventualmente pessoas que encaravam esse acto com um grande sentido de seriedade e de empenhamento, que podem inclusive ter respondido em pequenos grupos, deste modo contrapondo e afinando respostas. No caso do nosso inquirido, o sentido lúdico de aproveitar um tempo de aula ocupado de forma inusitada e a pressão social existente no colectivo da sala de aula, impondo de algum modo a cooperação ainda que levemente contrariada (verificou-se um único caso de recusa), podem ter originado respostas menos pensadas ou mesmo respostas «a brincar», (sobretudo se o colega que apresentava o inquirido inspirava qualquer tipo de atitude displicente).

É relativamente a estas questões que os relatos do trabalho de campo, incluindo os da situação de resposta, são de grande utilidade e o preenchimento presencial oferece esta vantagem. Não podemos evidentemente controlar o contexto em que o inquirido da JUC decorreu, mas quanto ao nosso, tivemos essa possibilidade. Em consequência disso, pudemos

anular três questionários que não nos inspiravam confiança, por ter sido testemunhado o modo colectivo e brincalhão com que as respostas eram anotadas.

Estas advertências servem-nos enquanto alerta geral. Não existe nenhuma fórmula estatística para «controlar desvios» desta natureza. A sua utilidade fica-se pela consciencialização do risco de tirar grandes conclusões de pequenas diferenças. No fundo, esta é uma consequência inelutável da falta de confiança na técnica de inquérito para detectar mudanças sociais, agravada quando comparamos resultados, cujo processo de produção não controlámos (como é o caso do Inquérito CODES).⁽²⁾

217

A comensurabilidade dos inquéritos é, portanto, determinada pela interferência destes efeitos originados pelas diferenças de «clima social» e de modalidades de recolha da informação utilizadas. Ao fim e ao cabo, o grau de incidência destes efeitos não depende da qualidade nem do rigor dos inquéritos. Quanto ao primeiro, dificilmente o podemos minorar. Quanto ao segundo, podemos naturalmente adoptar as mesmas modalidades e os mesmos protocolos de recolha de informação, mas nem sempre as condições materiais de realização da pesquisa o permitem.

Passemos então à análise comparada dos dados para ajuizar as mudanças da composição social dos estudantes e dos seus métodos de estudo (entendidos aqui como indicadores do tipo de ensino) na Universidade de Coimbra.

Durante as duas últimas décadas, também na sociedade portuguesa, novos grupos sociais acederam ao ensino superior. Apresento aqui uma aproximação ao conhecimento da expressão que esse fenómeno alcançou na UC, a partir da comparação dos dados relativos aos níveis de instrução dos pais e das mães e à profissão dos pais dos estudantes. É impossível determinar a composição social dos estudantes recorrendo exclusivamente aos indicadores da profissão e da instrução dos seus pais. Com estes elementos, a aproximação não deixa de ser grosseira.

3. A democratização da Universidade de Coimbra

Considerando que ambos os inquéritos utilizam a mesma nomenclatura de instrução e de profissões e o mesmo processo de notação (neste caso, auto-notação do entrevistado), podemos contar com uma razoável base de comparação.

Começaremos por comparar, em primeiro lugar, os níveis de instrução dos pais e das mães dos estudantes para, em

(2) Alonguei-me nestas considerações porque lhes atribuo um estatuto que extravasa o espaço da nota de rodapé, para onde são geralmente relegadas.

seguida, comparar as profissões apenas dos pais (única informação disponível nos dados referentes a 1964).

Instrução

Os quadros que se seguem resumem a informação relativa à Instrução dos Pais e das Mães dos estudantes da UC, seguindo a agregação feita em 1964, para efeitos de comparabilidade. Não distinguimos, assim, as pessoas que, não tendo instrução, sabem ler e escrever nem as que frequentaram sem completar os diversos níveis de ensino. Vejamos o seguinte quadro:

218

QUADRO 3

Instrução dos Pais

GRAU DE INSTRUÇÃO	SEXO MASCULINO		SEXO FEMININO		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sem instrução	11	3,5	6	1,3	17	2,1
Escola Primária	144	45,4	227	47	371	46,4
Ciclo Preparatório	9	2,8	30	6,2	39	4,9
Liceu	30	9,5	62	12,8	92	11,5
Escola Técnica	30	9,5	55	11,4	85	10,6
Curso Médio	23	7,2	35	7,3	58	7,3
Curso Superior	67	21,1	63	13	130	16,3
Sem resposta	3	1	5	1	8	0,9
TOTAL	317	100	483	100	800	

Destes dados, constatamos que:

- Cerca de 50% dos pais têm apenas a escolaridade mínima (46,4%) ou não têm nenhuma (2,1%);
- Cerca de 25% dos pais têm um Curso Médio (7,3%) ou um Curso Superior (16,3%);
- A comparação das médias confirma-nos a ideia de que os pais das raparigas têm graus de instrução ligeiramente mais baixos (3,56 contra 3,79).

A comparação dos graus de instrução dos pais dos estudantes universitários de Coimbra com os da população masculina nacional com mais de 40 anos, de acordo com os dados do Recenseamento Geral da População de 1981, indica que, em termos do ingresso no ensino superior, existe uma acessibilidade diferencial francamente desfavorável aos gru-

pos mais baixos.⁽³⁾ De facto, enquanto a população masculina com mais de 40 anos, que possui o Ensino Primário ou não tem instrução, representa 72,6% da população masculina nacional da mesma faixa etária, a que tem um Curso Médio ou um Curso Superior não representa mais do que 3,6%, valores bastante diferentes daqueles que encontramos entre os pais dos universitários, respectivamente, cerca de 50% e de 25%. Este diferencial de acesso ao Ensino Superior ressalta de uma forma ainda mais acentuada se tivermos em conta o grau de instrução da população feminina (Quadro 4).

QUADRO 4

Instrução das Mães

SEXO GRAU DE INSTRUÇÃO	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sem instrução	20	6,3	12	2,5	32	4
Escola Primária	156	49,1	260	53,8	416	59,9
Ciclo Preparatório	15	4,7	25	5,2	40	5
Liceu	31	9,8	47	9,7	78	9,7
Escola Técnica	8	2,5	21	4,4	29	3,6
Curso Médio	36	11,3	71	14,7	107	13,4
Curso Superior	42	13,2	37	7,7	79	9,9
Sem resposta	10	3,1	10	2	20	2,5
TOTAL	318	100	483	100	801	

Podemos então constatar que cerca de 56% das mães dos inquiridos não têm mais do que o Ensino Primário (51,9%) ou não têm mesmo qualquer instrução formal (4%), enquanto que as mulheres com mais de 40 anos com estes graus de ensino representam, respectivamente, 45,1% e 43%.⁽⁴⁾ Note-se como são, sobretudo, as mulheres sem instrução que vêem os seus filhos serem mais frequentemente excluídos da universidade. Se nos colocarmos no extremo oposto da escala de instrução confirmamos esta ideia de selectividade escolar e social, tendo em conta que as mulheres com mais de 40 anos possuindo um Curso Médio (1,5%) ou um Curso Superior (1%) representam cerca de 2,5% da população feminina nacional da mesma

⁽³⁾ Uma vez que os dados eram relativos a uma população específica — «Pais de estudantes universitários» —, será mais correcto utilizar como termo de comparação a população masculina com mais de 40 anos, e não a população masculina total.

⁽⁴⁾ Logicamente também aqui o termo de comparação adoptado foi a população feminina com mais de 40 anos.

faixa etária. Na UC, contudo, os seus filhos representam cerca de 23% do total dos alunos.

Uma das questões que nos interessava explorar era a evolução verificada nestes 20 anos no grau de abertura da universidade aos filhos das pessoas com menor instrução. Assim, comparando com os resultados obtidos na UC no inquérito de 1964, constatamos que há um ligeiro aumento da presença dos filhos de pais com menor grau de instrução, verificando-se que o grupo com instrução média e superior diminuiu a sua representação de 32,2% para 23,5% e que a de todos os outros grupos aumentou, incluindo o grupo sem instrução ou apenas com instrução primária que representava 40,3%, contra 48,5%. O peso desta observação não compensa, contudo, o da anterior, o que nos leva a notar o quanto a universidade continua a ser elitista.

Para finalizar a leitura destes dados, vale a pena chamar a atenção para o facto de os pais das raparigas, ao contrário do que se verificava em 1964, terem um grau de instrução inferior em média aos pais dos rapazes. Isto pode significar que os pais das raparigas apostam mais no capital universitário para a mobilidade social das suas filhas que têm, de facto, menos meios de afirmação no mercado de trabalho que os rapazes. Pode-se, pois, pensar que estes encontram formas de integração e formação profissional que passam cada vez menos pelos cursos universitários.

A realidade social do acesso ao ensino universitário, quando analisada do ponto de vista das desigualdades educacionais parece menos restritiva para as raparigas. Examinando mais de perto esta afirmação é forçoso que nos demos conta da falácia que ela encerra. Se tivermos em conta a distribuição nos diversos cursos dos rapazes e das raparigas, constatamos uma concentração de raparigas e 3 faculdades nas quais elas representam cerca de 75% do corpo discente — Psicologia, Farmácia e Letras. Em Engenharia, como exemplo de um curso com saídas profissionais em expansão, elas não vão além dos 20%.

Esta situação apresenta algumas diferenças relativamente a 1964. No conjunto das universidades portuguesas, as mulheres representavam cerca de 51% dos estudantes de Letras (excluindo os rapazes matriculados em Teologia), 10% dos de Engenharia, 13% dos de Direito e 33% dos de Medicina. Actualmente existe uma tendência para o aumento das quotas de participação das mulheres em todos os cursos, obviamente pelo facto da presença destas globalmente ter passado de 38,9% em 1964, então uma das mais elevadas na Europa, para cerca de 54% em 1985 e 55,3% em 1987/88, mas o aumento mais acentuado é precisamente naqueles cursos mais clássicos.

cos cujos diplomas têm vindo a sofrer maior desvalorização social. É o caso de Direito em que a mulheres aumentaram a sua quota de participação para 42%, de Medicina que passou para 52% e de Letras que anda agora em valores que rondam os 75%.

Como se verá em seguida, na verdade, para além da desigual distribuição por cursos, existe uma selectividade sexual na UC, que é revelada quando se analisa a composição social segundo a profissão dos pais.

Profissão dos Pais

Outro dos indicadores igualmente fundamental para a aproximação à categoria sócio-profissional é a profissão. Relativamente a esta questão tivemos o mesmo tipo de preocupação que explicitarei quanto à instrução. Na fase de apuramento começámos por elaborar uma tabela de distribuição de frequências simples com todas as profissões que fazem parte do enunciado da pergunta, que é aproximadamente igual ao utilizado no questionário de 1964. (5)

A primeira imagem sugerida pelos dados apresentados no Quadro 5 é de grande dispersão:

— Os «Pequenos Industriais ou Comerciantes de Retalho» é a categoria com maior frequência — 16,4%;

— Segue-se a dos «Funcionários Subalternos do Estado» — 14,3%;

— A uma distância significativa ($p < 0,01$) surge a dos «Empregados Auxiliares de Empresa Privada» — 9,1%;

— Existem diferenças significativas entre o sexo feminino e o masculino. Os pais das raparigas são mais frequentemente «Pequenos Industriais ou Comerciantes de Retalho», «Proprietários Rurais» e «Industriais ou Comerciantes Grossistas» (6).

Face à grande dispersão evidenciada por esta distribuição, e que também se registava nos resultados de 1964,

(5) Será apenas aproximadamente porque a categoria profissional «trabalhador (assalariado ou independente) da agricultura, da indústria ou da pesca» foi desdobrada em 3 categorias independentes: 1 — Trabalhador Assalariado da Agricultura; 2 — Trabalhador Assalariado da Indústria e das Pescas; 3 — Agricultor Autónomo ou Artesão.

A recolha das respostas relativamente à profissão foi feita através de auto-notação do inquirido perante um enunciado fechado com a lista de profissões tal como se apresenta no quadro 5, no qual se pedia para indicar a profissão do pai (actual ou passada no caso de desemprego, reforma ou morte).

(6) Devido às características da amostra não foi possível desagregar esta informação por cursos. Não é possível, portanto, averiguar a existência de discriminação social nos vários cursos.

QUADRO 5

Profissão dos Pais

PROFISSÃO DO PAI	SEXO		FEMININO		TOTAL	
	MASCULINO		N.º	%	N.º	%
Trabalhador Assalariado na Agric.	7	2,2	0	0	7	0,9
Trabalh. Assal. da Indústria e Pescas	22	7	30	6,2	52	6,5
Agricultor Autónomo/Artesão	20	6,4	20	4,1	40	5
Empregado Auxiliar de Emp. Privada	30	9,5	42	8,7	72	9,1
Oficial Subalt. das Forças Armadas	10	3,2	25	5,2	35	4,4
Funcionário Subalterno do Estado	44	14	70	14,5	114	14,3
Pequeno indust./Comerc. de Retalho	46	14,6	85	17,6	131	16,4
Empregado Categorizado de Empresa	16	5,1	24	5	40	5
Funcionário Superior do Estado	13	4,1	23	4,8	36	4,5
Proprietário Rural	5	1,6	11	2,3	16	2
Proprietário Urbano	1	0,3	3	0,6	4	0,5
Industrial/Comerciante Grossista	19	6	43	8,9	62	7,8
Professor do Ensino Primário	5	1,6	4	0,8	9	1,1
Director/Funcionário Sup. de Emp.	11	3,5	21	4,4	32	4
Profissão Liberal	25	7,9	36	7,5	61	7,7
Professor do Ensino Secundário	23	7,3	19	4	42	5,3
Oficial das FA ou Marinha Mercante	8	2,5	12	2,5	20	2,5
Não responderam	10	3,2	14	2,9	24	3
TOTAL	315	100	482	100	797	100

222

poderíamos ser levados a concluir que existe uma selectividade no acesso à UC relativamente fraca. Já tivemos oportunidade de, a propósito da análise dos dados relativos à instrução, verificar que assim não é, por isso adoptámos o procedimento de, como fizemos para a instrução, comparar a representação das várias categorias profissionais na universidade com a sua distribuição na globalidade da população portuguesa, recorrendo para isso aos dados dos Recenseamentos Gerais da População de 1960 e de 1981.

David Miranda, num trabalho de 1969, procedeu ao confronto entre os dados do Censo Geral da População de 1960 e os resultados do inquérito de 1964 (Miranda, 1969). Decidi utilizar o esquema de agregação das categorias proposto por este autor para alterar o menos possível as bases de comparação. Todas as agregações desta natureza são problemáticas. Tanto as inspiradas nas teorias das classes como as inspiradas nas teorias da estratificação não deixam de ser pontualmente incongruentes e discutíveis. A listagem usada nos inquéritos inclui profissões, situações na profissão e ocupações. Este facto dificulta uma agregação a partir dos critérios das teorias das classes sociais. Resta-nos, portanto, uma

aproximação aos critérios das teorias dos estratos sociais, através do recurso à profissão como indicador. Mesmo assim, esta tarefa é dificultada pela impossibilidade de converter de forma perfeita a classificação das profissões aplicada nos inquéritos e a usada nos Censos Gerais da População. Não agregar as categorias acarretaria, no entanto, ainda maiores desvantagens. Assim, é pelo menos possível ultrapassar alguns dos erros de distribuição das respostas. Tal como se apresentava a listagem, algumas profissões que deveriam ser incluídas numa categoria foram distribuídas por várias e o contrário é igualmente passível de ter sucedido.

No inquérito de 1985, foram, no entanto, corrigidas algumas deficiências, por exemplo, os assalariados da indústria e da agricultura e pescas foram separados dos isolados dos mesmos sectores, mas, tirando esta excepção, manteve-se a classificação, pois, de outro modo a base de comparabilidade ficaria afectada. Segue-se o quadro de classificação aplicado (Miranda, 1969:159-160):

Grupo I — Trabalhadores (assalariados ou independentes) da agricultura, da indústria ou da pesca;

Grupo II — Empregado ou auxiliar de empresa particular; membro de patente inferior da FA; funcionário subalterno do Estado; professor do ensino primário;

Grupo III — Pequeno industrial ou comerciante de retalho; empregado categorizado de empresa particular; professor do ensino secundário; oficial das FA; proprietário rural;

Grupo IV — Funcionário superior do Estado; industrial ou comerciante grossista; director ou funcionário superior de empresa privada; profissão liberal; proprietário urbano.

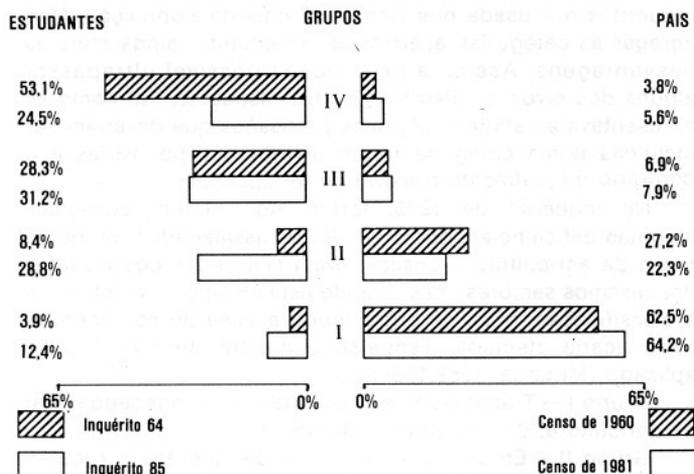
No gráfico que se segue confrontamos, portanto, os «grupos sócio-profissionais de origem» dos estudantes universitários da UC com um indicador da composição social da população portuguesa em dois momentos diferentes. (7)

Da análise do confronto entre a expressão relativa de cada grupo de profissões a nível nacional e a representatividade conseguida por cada um deles na Universidade de Coimbra podemos concluir que existe uma selectividade social muito estrita. Enquanto os grupos IV, III e, mesmo II conseguem manter uma selectividade francamente positiva, o grupo I, onde se agrupam os assalariados e os isolados da indústria, da agricultura ou da pesca, é o mais atingido por

(7) Coimbra é a universidade cujos estudantes têm uma origem geográfica mais dispersa (enquanto os estudantes de Lisboa e do Porto eram, em 1964, na sua grande parte originários destes dois distritos, respectivamente, 41,5% e 50%, em Coimbra essa percentagem não ia além dos 18,7%). Neste quadro, Coimbra é a universidade relativamente à qual é menos arbitraria a operação efectuada.

GRÁFICO 1

Comparação da Composição Social — Inquéritos/Censos



224

Nota: Os dados referentes ao Censo de 1960 são extraídos do trabalho já referido de David Miranda. Dado que o autor comparou o total do país com o total dos estudantes universitários (agrupando os resultados das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto), usei os dados referentes apenas a Coimbra, única universidade para a qual existem dados em 1985. Do Recenseamento de 1981, utilizei os dados dos grupos socio-económicos dos «chefes de família» só do sexo masculino com mais de 40 anos (Quadro 4.10).

Uma selectividade fortemente negativa que praticamente impede a entrada na universidade aos seus filhos. Em 1964, o grupo IV colocava na Universidade de Coimbra um número de estudantes cerca de 14 vezes superior à sua expressão nacional. Em 1985, este valor tinha descido para 4,4. O grupo III manteve a sua selectividade ao mesmo nível (cerca de 4 vezes mais). A diminuição da proporção do grupo IV ficou a dever-se sobretudo ao aumento da capacidade dos pais do grupo II de colocar os seus filhos na universidade. Este grupo, partindo de uma situação de selectividade fortemente negativa em 1964 (só cerca de 30% dos seus filhos entravam na universidade), conseguiu passar a ter uma selectividade positiva (com aumento na ordem dos 430%). O grupo I, apesar de também ter aumentado substancialmente a sua capacidade de entrada na universidade (317%) continua, não obstante, com uma selectividade largamente negativa (1 em cada 5 entra na universidade).

A composição social dos estudantes da UC parece apresentar, actualmente, uma estrutura menos piramidal, mas a

discriminação social estará longe de ter desaparecido. Se desagregarmos o grupo I, e virmos separadamente os assalariados, verificamos que eles são um subgrupo ainda mais discriminado do que o subgrupo dos independentes. Destes, 1 em cada 4 entra na universidade, enquanto dos primeiros entra apenas 1 em cada 6.

Estes resultados são consistentes com análises, feitas para outros países da OCDE, que têm revelado que, apesar da grande explosão do número de estudantes universitários, a percentagem destes que é proveniente de famílias operárias situa-se entre os 8% e os 15% (OCDE, 1987:35).⁽⁸⁾ As franjas mais desfavorecidas dos grupos intermédios revelam-se assim como as grandes beneficiárias da expansão do ensino universitário das duas últimas décadas. (Veja-se também texto de Machado *et al.* neste número da RCCS). Repare-se nas profissões incluídas no grupo II — pertencem especialmente à pequena burguesia assalariada urbana que, no dizer de Daniel Bertaux, é precisamente uma das classes que privilegia a passagem pelo aparelho escolar enquanto estratégia de inserção no mercado de trabalho dos seus filhos (Bertaux, 1978). Quanto aos filhos dos operários, eles não entrarão massivamente na universidade enquanto esta for uma das peças da engrenagem do sistema de emprego. Como sugere Paul Willis, embora de forma contraditória e quase sempre através de efeitos perversos, o sistema de ensino tem vindo a cumprir um dos seus objectivos nunca reconhecidos — o de encaminhar parte da mão-de-obra para os postos de trabalho não-qualificado (Willis, 1977).

A democratização do acesso à educação universitária passa pelo aumento da participação do sexo feminino. Verifica-se, no entanto, um diferencial de tempo e de ritmo na expansão dos efectivos universitários em função do sexo. O alargamento aos grupos sociais mais desfavorecidos começa por atingir em primeiro lugar o sexo masculino e só mais tarde e mais rapidamente se difunde ao sexo feminino (veja-se, por exemplo, Cruzeiro, 1970:728).

Na amostra a que aplicámos o questionário, o sexo feminino evidencia uma origem social significativamente ($p < 0,01$) superior à do sexo masculino. As médias calculadas para ambos os sexos, atribuindo a cada categoria uma numeração de ordem crescente, revelam-nos que a universidade continua a ser mais selectiva para o sexo feminino (média = 8) do que para o masculino (média = 7,7). Isto apesar de a expansão dos efectivos femininos ser responsável por 63,2% do crescimento

⁽⁸⁾ A situação dos trabalhadores manuais é, no entanto, bastante melhor noutros países, nomeadamente nórdicos e da Europa de Leste. Ver para os anos sessenta, Sedas Nunes (1970:681 — Quadro 8).

da UC de 6012 para 12703 matrículas, entre os anos lectivos de 1963/64 e 1984/85.

Uma concepção demasiado economicista de «democratização» recusa-se a entender o processo de feminização como uma componente fundamental do processo de democratização (por exemplo, Sedas Nunes, 1970:703-704). Não adoptando uma tal concepção, teremos que concluir que a democratização da UC foi bastante mais importante do que transparecia das análises feitas a propósito da instrução e da profissão dos pais dos estudantes, embora não tanto quanto desejável, pois mais uma vez mais não podemos esquecer que as raparigas tendem a concentrar-se em determinados cursos, precisamente aqueles que tendem a reproduzir a sua discriminação nas estruturas do sistema de emprego. Partindo destes dados, a UC deveria, no quadro de autonomia de que está agora investida, mostrar-se inovadora e tomar medidas de acção positiva que tenham em conta a especificidade da condição do sexo feminino que representa hoje quase 60% dos seus estudantes.

Se as características sociais dos estudantes da UC não parecem ter sofrido mudanças sensíveis, é de esperar que o mesmo se passe com os seus métodos de estudo? É claro que estes também variam essencialmente em função do tipo de ensino, e é nesse sentido que os vamos considerar. Eles são também, no entanto, função do capital cultural que os estudantes trazem do seu ambiente social e familiar.

4. Problemas e Métodos de Estudo

Considerando que a escola e os seus métodos pedagógicos foram das áreas sujeitas à contestação social que sobreveio ao 25 de Abril de 1974, momento que divide exactamente a meio o período que medeia entre a realização do Inquérito CODES e o presente, pareceu-nos importante incluir, tal como ocorria em 1964, perguntas relativas aos problemas e métodos de estudo, como forma de obter alguns indícios sobre as transformações ocorridas nos métodos pedagógicos no ensino universitário de Coimbra. As questões incluídas dizem respeito a procedimentos adoptados pelos estudantes face a dificuldades no estudo, aos materiais utilizados no estudo e à consulta de bibliografia complementar.

Procedimentos face a Dificuldades no Estudo

Começemos pelos procedimentos face a dificuldades no estudo (Quadro 6), questão que nos pode dar indicações relevantes para uma avaliação da evolução das relações professor/estudante, por exemplo.

Deste quadro, considerando as percentagens totais de todos os casos em que cada procedimento é referido, concluímos que:

QUADRO 6

Procedimentos Adoptados para Resolver Dificuldades no Estudo

PROCEDIMENTOS	SEXO		FEMININO		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
«Procuro um professor»	13	4,1	21	4,4	34	4,3
«Procuro um colega»	21	6,7	57	11,9	78	9,8
«Procuro resolvê-la por mim»	33	10,4	33	6,9	66	8,3
«Passo adiante»	2	0,6	0	0	2	0,3
1 — Resolve sozinho/a ou procura professor	65	20,5	67	14,1	132	16,6
2 — Resolve sozinho/a ou procura colega	97	30,6	163	34,2	260	32,7
3 — Resolve sozinho/a e decora	3	1	3	0,6	6	0,8
4 — Resolve sozinho/a ou passa adiante	8	2,5	4	0,8	12	1,5
5 — Procura professor ou colega	46	14,5	109	22,9	155	19,5
6 — Procura professor ou decora	2	0,6	1	0,2	3	0,3
7 — Procura professor ou passa adiante	0	0	1	0,2	1	0,1
8 — Procura colega ou decora	6	1,9	6	1,3	12	1,5
9 — Procura colega ou passa adiante	8	2,5	10	2,1	18	2,3
10 — Procura colega ou explicador	1	0,3	1	0,2	2	0,3
11 — Decora e passa adiante	2	0,6	0	0	2	0,3
Indicaram só um procedimento	5	1,6	0	0	5	0,6
Sem resposta	5	1,6	1	0,2	6	0,8
TOTAL	317	100	477	100	794	100

227

— Cerca de 60% dos estudantes indicam **resolver a dificuldade por si próprios**, sendo que os rapazes tendem mais frequentemente a indicar esta solução como a sua preferida;

— As raparigas afirmam mais frequentemente que recorrem aos **professores** (27,7% contra 19,2%) e um pouco menos significativamente aos **colegas** (15,5% contra 11,4%);

— No conjunto, segundo estas declarações, a maioria (18,9%) recorre a uma destas três combinações: resolve sozinho/a ou procura os colegas (32,7%); ou procura um professor ou um colega (19,5%); ou resolve sozinho/a ou procura professor (16,6%).

Tendo em conta que, em 1964, 71,7% dos estudantes mencionaram que, entre outros, recorriam aos colegas e

também que apenas 32,4% recorriam aos professores, concluímos que a evolução dos métodos pedagógicos do ensino universitário de Coimbra, através do indicador «recurso aos professores para resolver dificuldades», não chegou a ser significativa.

Materiais de Estudo

Tal como já foi observado relativamente aos procedimentos adoptados para resolver dificuldades, também no tipo de material de estudo em que assenta o trabalho dos estudantes, o grupo dos colegas é da maior importância. Há mesmo aqueles que dizem utilizar como **único material os apontamentos dos colegas** (11 rapazes e 6 raparigas, conforme quadro 7). De qualquer maneira os restantes repartem-se mais ou menos igualmente pelas três categorias principais de materiais:

— 17,9% declaram estudar só por **apontamentos**, muito embora as raparigas o façam um pouco mais frequentemente (20,9% contra 11,8%);

— 24,8% dizem estudar por **sebentas e cadernos de textos**;

— 20,6% indicam recorrer aos dois tipos de material — **apontamentos, sebentas e cadernos de textos**;

Recurso a Bibliografia Complementar

Supondo que os materiais referidos na secção precedente constituem a bibliografia básica para o estudo de qualquer disciplina, averiguou-se a proporção dos estudantes que procuram aprofundar o estudo das várias disciplinas, ou pelo menos de algumas delas, através da consulta de bibliografia complementar, tanto mais que era uma das questões para a qual temos elementos de comparação com o inquérito de 1964. O quadro 8 (recurso a bibliografia complementar por sexo) apresenta o apuramento das respostas a esta questão.

O que de mais importante releva da leitura deste quadro é o facto de 50% dos estudantes responderem que **não recorrem a bibliografia** complementar nem mesmo em algumas das cadeiras. Sendo este o resultado a merecer maior atenção, observa-se ainda que apenas 3,2% dizem consultar bibliografia complementar em **todas as cadeiras**.

Estes resultados são algo inesperados, pois parecia legítimo esperar que o ensino universitário tivesse evoluído no sentido de métodos pedagógicos mais activos, a exigirem uma maior iniciativa por parte do estudante. Se nos ativermos à evolução deste indicador, teremos que concluir que assim não aconteceu, pois em 1964 eram 45,6% dos estudantes a res-

QUADRO 7

Materiais de Estudo

MATERIAIS USADOS NO ESTUDO	SEXO		MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1 — Apontamentos próprios	38	11,9	101	20,9	139	17,8		
2 — Apontamentos dos colegas	11	3,4	6	1,2	17	2,1		
3 — Fichas de leitura	11	3,4	16	3,3	27	3,3		
4 — Sebentas e cadernos de textos	92	28,7	107	22,2	199	24,7		
5 — Outros métodos	19	5,9	9	1,9	28	3,4		
Referem dois materiais:								
6 — Apontamentos próprios e dos colegas	1	0,3	4	0,8	5	0,6		
7 — Apontamentos e fichas de leitura	7	2,2	37	7,7	44	5,4		
8 — Apontamentos, seb. e cad. de textos	57	17,8	109	22,6	166	20,6		
9 — Apontamentos e outros materiais	9	2,8	28	5,8	37	4,6		
10 — Apontam. dos col. e fichas de leitura	2	0,6	2	0,4	4	0,5		
11 — Apontam. dos col., seb. e cad. de textos	17	5,3	6	1,2	23	2,8		
12 — Fichas de leitura, seb. e cad. de textos	10	3,1	3	0,6	13	1,6		
13 — Fichas de leitura e outros métodos	0	0	1	0,2	1	0,1		
14 — Sebentas, cadernos de textos e out. mat.	2	0,6	0	0	2	0,2		
15 — Indicarem três materiais	37	11,5	50	10,4	87	10,8		
16 — Indicaram quatro materiais	8	2,5	3	0,8	11	1,5		
TOTAL	321	100	482	100	803	100		

229

QUADRO 8

Utiliza Bibliografia Complementar, por Sexo

RECURSO A BIBLIOGRAFIA	SEXO		MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Em todas as cadeiras	13	4	13	2,7	26	3,3		
Apenas em algumas cadeiras	142	44,4	221	45,7	363	45,3		
Não recorre bibliografia	164	51,3	245	50,7	409	50,8		
Sem resposta	1	0,3	4	0,9	5	0,6		
TOTAL	320	100	483	100	803	100		

ponder que não consultavam bibliografia complementar. Este resultado pode também ser influenciado pelas diferenças nas modalidades de recolha da informação utilizadas nos dois inquéritos. A modalidade de auto-administração e devolução pelo correio, utilizada em 1964, exige uma maior motivação dos inquiridos e pode ter levado a que fosse a parte dos estudantes mais activos e empenhados que respondeu a esse inquérito. Neste quadro, poderíamos estar a viciar a leitura ao comparar resultados produzidos por uma amostra constituída pelos estudantes mais dinâmicos com uma outra bastante mais heterogénea, cuja condição base passava apenas pela presença nas salas de aula, não exigindo, portanto, uma atitude especialmente motivada nem pelos problemas do estudo nem por respostas a questionários.

Há, no entanto, um outro aspecto desta questão que, apesar destas reservas a qualquer leitura mais apressada, nos obriga a pôr o problema do tipo do ensino que é praticado na Universidade de Coimbra. Esse aspecto traduz-se no facto de já em 1964 a percentagem de universitários de Coimbra que não consultava bibliografia complementar ser superior à da média nacional, que era na altura 37,7%.

Será que se verificam estas mesmas tendências «de evolução na continuidade» nas restantes universidades do país? Tudo aponta, de facto, para uma acomodação aos velhos métodos de ensino. Depois do período de experimentação e inovação pedagógica vivido entre 1974 e 1976, tudo leva a crer que a legislação «anti-degradação pedagógica» conseguiu impor velhas rotinas. Durante aquele período ensaiaram-se experiências pedagógicas e discutiram-se propostas de reestruturação no sentido de uma democratização e mudança global do ensino universitário. Nos discursos actuais sobre a universidade, estas questões são completamente submergidas por outras, como sejam a da autonomia universitária. Como nos lembram Miller Guerra e Sedas Nunes (1969), a autonomia será um instrumento de inovação em instituições inovadoras e de conservadorismo em instituições conservadoras. É tempo de retomarmos as discussões no ponto em que as abandonámos em 1976. Afinal, reflectir sobre propostas de reestruturação institucional e pedagógica, como a que Boaventura de Sousa Santos fez em 1975 (Santos, 1975) e reescreve hoje (veja-se a II Parte do seu texto neste número da RCCS), é uma absoluta necessidade, se queremos tornar a autonomia universitária num instrumento de inovação.

5. Conclusão

Os dados apresentados apontam para a hipótese de que as mudanças registadas na UC são bem menos significativas do que seria desejável à luz da retórica e dos ideais democrá-

ticos. Isto é tanto verdade para a questão da abertura do acesso à formação universitária a grupos sociais menos privilegiados quanto para a renovação dos métodos de ensino.

O paradigma desenvolvimentista habituou-nos a pensar que a realização daqueles objectivos decorreria naturalmente do efeito de indução desencadeado pelo desenvolvimento sócio-económico das sociedades. A comparação internacional mostra-nos, no entanto, que assim não é. Com efeito, já nos anos sessenta, se constatava que, em países com níveis de desenvolvimento comparáveis, por exemplo a Suécia, a Inglaterra, a RFA e a França, o grau de abertura do ensino universitário aos diferentes grupos sociais, nomeadamente o dos operários, variava substancialmente. Como fez notar Sedas Nunes (1970:692), estas diferenças não são explicáveis em função de diferenças de possibilidades materiais entre os grupos sociais daqueles países. O fenómeno só é compreensível a partir de diferenças estruturais de organização social e de políticas educacionais. A nível nacional, o facto de o sexo feminino ser sujeito a uma sobrediscriminação corrobora igualmente esta ideia. Os factores determinantes na mudança da univesidade não serão tanto de ordem económica quanto de ordem cultural e social.

tária são mais acentuadas, nas sociedades em que as universidades foram organizadas sob influência do modelo alemão do século XIX, como é o caso de Portugal pelo menos no tocante à Universidade de Coimbra. O legado de Humboldt estende igualmente a sua ascendência aos métodos pedagógicos que tendem a ser mais dogmáticos, autoritários e directivos. Ao contrário, as desigualdades são menos acentuadas, as taxas de escolarização são superiores e os métodos de ensino mais flexíveis, nas sociedades em que domina o modelo anglo-saxónico, mais compatível com a heterogeneidade social implicada na massificação e democratização do ensino universitário.

No presente, a epifenomenologia da crise universitária compõe-se da falta de criatividade e de recursos, da burocratização, do desfazamento relativamente às necessidades do mercado de emprego e da desvalorização de diplomas. A diferenciação crescente da profissionalidade e a sua transposição para a universidade detém uma parcela importante da responsabilidade pela situação actual. Para cumprir os seus ideais de democraticidade e criatividade, a universidade terá que ser restritiva nas funções sociais que vier a assumir. A universidade deve tentar impor um ponto de vista que supere a pura lógica de atribuição de títulos de especialização profissional. ■

Referências Bibliográficas

- 232 Bertaux, Daniel 1978 *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*. Lisboa: Moraes Editores.
- CODES 1967 *Situação e Opinião dos Universitários — Inquérito promovido pelas Direcções Gerais de Juventude Universitária Católica*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Projectos de Desenvolvimento Sócio-Económico, SCR.
- Cruzeiro, Maria Eduarda 1970 «A população universitária portuguesa: uma nota estatística». *Análise Social*, 32:721-740.
- Ferreira, Virgínia 1986 «O Inquérito por Questionário na Construção de Dados Sociológicos». In Silva e Pinto (orgs.), 1986:165-195.
- Miller Guerra, J. P.; Sedas Nunes, A. 1969 «A crise da universidade em Portugal: reflexões e sugestões». *Análise Social*, 25-26, 5-49.
- Miranda, J. David 1969 «A população universitária e a população portuguesa: um confronto da sua composição social». *Análise Social*, 25-26, 158-166.
- OCDE 1987 *Universities under Scrutiny*. Paris.
- Santos, Boaventura de Sousa 1975 *Democratizar a Universidade*. Coimbra: Centelha.
- Sedas Nunes, Adérito 1970 «A Universidade no Sistema Social português — uma primeira abordagem». *Análise Social*, 32:646-707.
- Silva, A. S.; Pinto, J. Madureira (orgs.) 1986 *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- Willis, Paul 1977 *Learning to Labour — How working class kids get working class jobs*. Hampshire: Gower.